ENTREVISTA

Benno Werlen



Entrevistado em novembro de 2012,
por Alcides Manzoni Neto, André Pasti, Luciano Duarte e Wagner Nabarro

Entrevistamos Benno Werlen durante sua visita a São Paulo, onde ministrou a conferência *Spatial Relations and the meaningful construction of geographical realities* (Relações espaciais e a construção significativa das realidades geográficas) no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Ele nos recebeu com muita disposição, apresentou sua trajetória e discutiu sua proposta de uma Geografia centrada na ação — dialogando com diversos outros autores, como o brasileiro Milton Santos —, além de desenvolver sua crítica aos regionalismos contemporâneos e problematizar conceitualmente diversos temas caros ao atual período.

Na realização da entrevista e nas duas versões dela publicadas nesta edição — em inglês e português — contamos com apoio institucional e revisão dos textos do Prof. Dr. Fabio Betioli Contel, do Departamento de Geografia da FFLCH/USP e membro de nosso Conselho Científico, a quem publicizamos nossos mais sinceros agradecimentos. A disponibilidade, o rigor e a seriedade de Benno Werlen em relação a essa entrevista também merecem destaque e nossos agradecimentos.

* * *

Boletim Campineiro de Geografia: Gostaríamos de começar perguntando sobre sua trajetória acadêmica. Como foi sua aproximação com a Geografia? Como teve início seu diálogo com a Sociologia?

Benno Werlen: É uma longa história. Na adolescência, eu não tinha muito interesse pela Geografia. Era mais apaixonado, entre outros campos, por filosofia e literatura — humanidades em geral. Conforme descobri depois, muitas das minhas questões eram, na verdade, questões geográficas. No entanto, no início não me dei conta disso, pois a Geografia que aprendi era aquela tradicional.

Iniciei minha educação superior na Universidade de Friburgo, na fronteira entre a Suíça francesa e a alemã, com a intenção de estudar humanidades. Me formei em literatura alemã e francesa, e considerei fazer também um curso de história. No entanto, fui fortemente atraído pelas primeiras aulas de geografia do professor Jean-Luc Piveteau e descobri que minhas questões a respeito da inter-relação entre cultura e natureza e das especificidades da vida urbana, entre outras, tinham muito a ver com a Geografia. Após completar minha primeira graduação, em 1976, combinei Geografia e Ciências Sociais (Sociologia, Economia e Antropologia Cultural) em minha segunda graduação. Dada a tradição bilíngue existente em Friburgo, o departamento de Geografia é provavelmente o único de língua francesa a se localizar em uma faculdade de ciências naturais. Naquela época, era também o único departamento de língua alemã no qual a Geografia tinha ligações institucionais muito fortes com as humanidades e as ciências sociais, provavelmente porque o diretor que fundou o departamento, o geógrafo francês Jean Brunhes[1], foi um pioneiro da Geografia Social.

Estudar em Friburgo me deu uma rara oportunidade de estar matriculado em uma faculdade de humanidades enquanto me formava em Geografia. Naquele

1 N.T.: Jean Brunhes lecionou em Friburgo entre 1896 e 1912.

tempo — nas décadas de 1970 e 1980, para ser preciso — isso era bastante incomum, porque a Geografia era considerada uma ciência natural e departamentos de Geografia geralmente se localizavam na faculdade de ciências. Além disso, apenas alguns poucos estudantes combinavam estudos de faculdades com orientações tão diferentes como ciências sociais e ciências naturais. No entanto, ao escolher Teoria Social e Geografia como minhas matérias, pude combinar meus interesses de um modo que, diferentemente da maioria das outras abordagens naquele tempo, não era caracterizado por hipóteses naturalistas ou pela orientação às ciências espaciais. Ou seja, não usei os princípios, abordagens e metodologias das ciências naturais para proporcionar um caminho adequado ao buscar explicações dos fenômenos *sociais*. Meus estudos, é claro, exigiram que eu escrevesse trabalhos de Geografia Física, e cheguei a ter um forte interesse em Climatologia. Fiquei muito impressionado pela construção teórica dedutiva, abrangendo desde teoria dos gases, atmosfera e geofísica até condições microclimáticas de localidades, vinhedos e mesmo de plantas individuais. No entanto, meu interesse pelo fenômeno social prevaleceu sobre minhas ambições climatológicas e decidi continuar meus estudos na Geografia Humana e Social.

Conheci então vários geógrafos notáveis da Geografia Humana e Social daquela época (anos 1970 e 1980). Em particular, lembro-me de uma apresentação inspiradora de Anne Buttimer em Friburgo, bem como de falas igualmente interessantes de Paul Claval, Roger Brunet, Claude Raffestin, Jean-Bernard Racine, Antoine Bailly, Yves Lacoste, entre outros. Por consequência, minha socialização acadêmica foi fortemente influenciada pelos discursos da Geografia francesa. Ao longo desses anos de formação, no entanto, me senti insatisfeito com o conceito de Geografia Social presente no discurso francês. Na minha opinião, ele focava muito fortemente nos métodos histórico e quantitativo. Senti que faltava uma fundamentação socioteórica (*socio-theoretical*) sólida. Naquele tempo, a teoria social era meu principal campo de interesse, e assim tem sido desde então.

Minha primeira dissertação, publicada em 1980, tratava do funcionalismo na Geografia, nas Ciências Sociais, na Antropologia Cultural e na Economia. Naquela época, a teoria geral dos sistemas se tornara crescentemente popular na pesquisa geográfica, mas não havia uma distinção clara entre sistemas sociais e naturais; alguns acadêmicos até mesmo tratavam das paisagens como sistemas espaciais. Meu principal interesse eram as bases epistemológicas da teoria dos sistemas e as implicações teóricas do funcionalismo. Nesse trabalho, li muitos clássicos alemães das ciências sociais, particularmente aqueles relacionados a teoria cultural e social. Aprendi muito com os pontos fortes e fracos do funcionalismo e da teoria dos

sistemas que, interessantemente, compartilham da mesma linha de raciocínio. Na minha dissertação, defendi que um corolário disso é que a teoria geral dos sistemas reproduz as deficiências e as implicações problemáticas do funcionalismo.

Minha dissertação foi lida pelo então principal geógrafo alemão, Dietrich Bartels[2], que em seguida me ofereceu uma oportunidade para atuar como seu assistente de pesquisa em Kiel, no norte da Alemanha. Apesar de ter trabalhado lá por apenas um ano, entre 1980 e 1981, foi um tempo bastante intenso. Aprendi muito sobre a tradição geográfica alemã e estive muito ocupado com o grande número de tarefas da docência. Após essa experiência, retornei a Friburgo por um curto período, antes de me mudar para Zurique. Nesse segundo período em Friburgo, tivemos um grupo de leituras interdisciplinares, iniciado por Jean Widmer e composto por estudantes e jovens professores de uma ampla variedade de disciplinas, incluindo Economia, Direito, Filosofia, Sociologia e Antropologia, que liam e discutiam textos clássicos em suas versões originais. Isso foi antes de eu ir para Zurique, onde, em 1985, terminei minha tese de doutorado sobre uma perspectiva de pesquisa geográfica centrada na ação, uma experiência extremamente frutífera. A tese foi publicada pela primeira vez em 1987, como "*Gesellschaft, Handlung und Raum*" ("Sociedade, Ação e Espaço"), tendo rapidamente uma segunda edição publicada em 1988. Uma parte do livro foi traduzida para o inglês e publicada em 1993 como "*Society, Action and Space*". Na tese, tentei desenvolver uma Geografia Social genuína, que fosse firmemente baseada na teoria social e virasse de cabeça para baixo a visão de mundo prevalecente na Geografia: essa abordagem não procurou explicar ações individuais e práticas sociais em termos de aspectos geográficos, como a distância e o clima, mas praticamente o oposto, explicar os fenômenos geográficos em termos de ações e práticas sociais.



Tal abordagem contrariou a então dominante redução do social ao geográfico/espacial, que costumava ser a abordagem padrão na Geografia acadêmica. Consequentemente, minhas ideias foram por vezes vistas com

2 N.T.: Dietrich Bartels (1931-1983) foi um geógrafo alemão que, entre outros, afirmava que a Geografia Econômica e Social deve ser considerada como ciência do espaço orientada pela ação.

considerável ceticismo. Em Zurique, a Geografia era parte da faculdade de ciências naturais, com laços frouxos com as humanidades ou as ciências sociais. Entre tantos cientistas da natureza, encontrei dificuldades em manter uma perspectiva socioteórica na Geografia. Meu esforço frequentemente encontrava hostilidades. Assim, um convite para Cambridge, feito por um dos principais teóricos sociais de nosso tempo, Anthony Giddens, veio praticamente como um alívio, pois permitiu que eu me misturasse com pessoas de pensamento semelhante. Minha afiliação com o King's College, especificamente, permitiu que me envolvesse na comunidade das ciências sociais, a qual incluía David Held, John Thompson, Teresa Brennan, Susan James, Ernest Gellner e muitos outros. Um convite do famoso geógrafo Richard Chorley e a afiliação com o Sidney Sussex College me permitiram estar em contato também com geógrafos como Graham Smith, Stuart Corbridge, Chris Philo, Jennifer Robinson, Ron Martin e outros.

Conheci Anthony Giddens quando ele apresentou uma palestra a convite de um grupo de trabalho sobre uma nova ecologia humana — que incluía Carlo Jaeger, Huib Ernste, Dagmar Reichert, Wolfgang Zierhofer e Franco Furger — no ETH (Instituto Federal de Tecnologia) de Zurique, no início de 1988. Anthony Giddens estava interessado na dimensão geográfica da prática social, enquanto eu estava preocupado em estabelecer uma base socioteórica para a Geografia. Nossa colaboração se mostrou imensamente útil para avançar meus conhecimentos e minhas ligações com cientistas sociais e geógrafos anglo-saxônicos, incluindo Derek Gregory, Nigel Thrift, Susan Smith e Felix Driver, logo após a publicação da minha tese de doutorado, no outono de 1988. O primeiro contato pessoal com os geógrafos anglo-saxônicos, no entanto, não foi particularmente frutífero. A meu ver, eles não estavam muito interessados em uma colaboração diferenciada e séria com a teoria social. Por muitos anos eu não entendi o porquê disso. Olhando para trás, acredito que o objetivo deles era estabelecer uma abordagem genuinamente geográfica, distinguindo-a da sociológica. Estavam preocupados em demarcar e defender o campo da Geografia e consideravam qualquer fertilização cruzada com a Sociologia um passo para trás na teoria. Por outro lado, minha ideia de progresso teórico foi construída justamente pela integração entre a Geografia e a teoria social, pois eu acreditava que isso resultaria em um enquadramento teórico mais adequado e compreensivo das ações humanas e práticas sociais.

Anthony Giddens estava interessado na dimensão geográfica da prática social, enquanto eu estava preocupado em estabelecer uma base socioteórica para a Geografia.

Essa tentativa tem certas semelhanças com a integração da dimensão espacial na teoria de Marx, realizada por David Harvey. Harvey, como muitos outros geógrafos dessa geração e das anteriores, incluindo Gunnar Olsson, Edward Soja e muitos outros representativos da "virada espacial" ("*spatial turn*"), mantinham a visão de que as ciências sociais e as humanidades levaram em consideração o espaço de maneira inadequada, ou que simplesmente não o fizeram. Isso é óbvio, mas não concordo — ao menos em certos aspectos — com o modo como eles tentaram superar essa fraqueza. Se não tomarmos o espaço geográfico como ponto de partida, é possível descobrir, por exemplo, um Marx que leva as condições materiais e suas dimensões espaciais em consideração, sem explicitamente referir-se ao "espaço" como tal. Um bom exemplo da consideração implícita do espaço por Marx é sua análise da organização da fábrica industrial na seção quatro do capítulo doze do primeiro volume de "O Capital". Nessa e em outras partes de seu trabalho, ele de fato trata sobre o mundo material e, até certo ponto, também sobre questões relacionadas à distância espacial. No entanto, a noção de espaço de Marx não é a geográfica. Marx não era um geógrafo, isso é certo. Porém, se pensarmos o "espaço" como modo de discutir o mundo material e sua organização, então podemos descobrir aspectos espaciais na teoria de Marx e nos escritos de outros teóricos sociais. Mas a questão permanece: qual tipo de conceito de espaço é compatível com qual tipo de teoria social?

A teoria de Marx não é, claro, meu campo específico de trabalho. Em termos simples, sou mais interessado no sujeito humano como possuidor de potencial para criar coisas. Na minha perspectiva, o sujeito não pode ser entendido como dominado ou determinado por circunstâncias objetivas. Minha abordagem de uma teoria da ação enfatiza que as pessoas podem se desacorrentar e fazer as coisas diferentemente do modo como eram feitas antes. Em outras palavras, as pessoas sempre possuem alternativas. Embora circunstâncias materiais possam influenciar suas ações, certamente não as explicam. Isso significa, estritamente, que não há ligação causal entre "espaço" geográfico e ação; ações e práticas sociais não podem ser explicadas pelo espaço geográfico no sentido de uma explicação causal das ciências naturais. Mas as circunstâncias sob as quais o sujeito vive — particularmente a espacial, incluindo a local e a regional — são extremamente importantes para o escopo e o alcance das intenções e decisões implementadas com sucesso. Muitas das intenções até mesmo

Na minha perspectiva, o sujeito não pode ser entendido como dominado ou determinado por circunstâncias objetivas. (...) As pessoas sempre possuem alternativas.

evaporam, face às circunstâncias.

Isso, provavelmente — eu diria certamente —, não é muito diferente da visão marxista. A diferença está, possivelmente, mais na ênfase do potencial criativo de cada pessoa, de cada ator subjetivo. No entanto, essa visão também se diferencia de um entendimento individualista dos humanos como "unidades singulares" egocêntricas — *o* indivíduo. Esse tipo de teoria da ação, que sugeri como arcabouço teórico para a Geografia, não é individualista como o da economia neoclássica ou o do liberalismo neoconservador; é mais subjetivo. Reciprocamente, uma perspectiva centrada na ação considera os sujeitos como fortemente incorporados nos contextos sociocultural e biofísico. O sujeito, dessa forma, possui responsabilidade pelos mundos de seus contemporâneos socioculturais e biofísicos, incluindo aí questões de solidariedade e de precaução; este último fator, aliás, é muitas vezes chamado erroneamente de proteção ou conservação ambiental.

De fato, essa teoria da ação enfatiza o "potencial criativo do sujeito" e se refere a um tipo de "empoderamento". A ênfase nos potenciais do sujeito deve ser entendida antes como forma de empoderamento das capacidades e direitos de cada pessoa e, especialmente, como tentativa de enfraquecer certas formas de arrogância científica. Com isso, quero dizer que as pessoas que investigamos devem ser vistas, a princípio, como possuidoras das mesmas habilidades que os cientistas têm, e não apenas como unidades de resposta estúpidas, que não podem ser intencionais, não possuem imaginações, competências sociais, etc.

Nesse aspecto, a teoria da estruturação de Giddens parecia oferecer uma boa "solução" de como enfatizar o "poder" mais do que as teorias clássicas da ação fazem, sem enfraquecer o potencial para a intencionalidade e a criatividade. Devo dizer que eu era bastante crítico da teoria de Giddens antes de minha estadia em Cambridge e, até certo ponto, ainda sou, mas de maneira diferente. Deixe-me explicar. O tempo em Cambridge se mostrou imensamente frutífero para um maior desenvolvimento da minha meta de estabelecer uma base socioteórica distinta para a Geografia. Somando-se à possibilidade de levar em conta a dimensão do poder, comecei a descobrir mais opções para ligar a teoria da estruturação e a Geografia do que pensava existir. Consequentemente, fui capaz de desenvolver uma perspectiva "estruturacional" da Geografia, que tomou uma direção diferente do debate anglo-saxônico no final dos anos 1980 e até das próprias sugestões de Anthony Giddens sobre a Geografia. Meu primeiro ponto naquela época era mudar o foco da teoria da estruturação de Giddens, fazendo da agência[3] (*agency*) o núcleo

3 N.T.: o termo "agência" foi utilizado como equivalente de "*agency*" com base no uso corrente em traduções de textos de Anthony Giddens.

sobre o qual construir o resto da teoria. Basicamente, esse também é o ponto de Anthony Giddens, mas eu estava radicalizando-o, suponho. Estava reorganizando o corpo teórico, fazendo da estrutura um elemento da ação ou da agência de forma mais consistente do que a sugerida por Giddens. Assim, se o foco está na ação ou na agência, o sujeito é o aspecto central em torno do qual gira o resto da teoria. Acho que posso dizer que fiz uma revisão da teoria de Giddens para uma perspectiva de pesquisa geográfica centrada na ação/agência, introduzindo a dimensão espacial de maneira sistemática e compatível com a ação. Portanto, assim como as características ontológicas da modernidade tardia, os aspectos centrais da teoria da estruturação podem ser — espero — desenvolvidos ao máximo para a pesquisa geográfica.

Conforme mencionei, considerar o sujeito como ponto focal da teoria social implica que também temos que colocar o sujeito no centro da teoria social do espaço. Bordieu e Giddens são conhecidos como sociólogos que não são "cegos ao espaço". Mas creio que não são radicais o suficiente. Tomam o espaço (terrestre) como algo não- ou a-teórico, algo que "está lá" independente ou anteriormente à teoria social. A meu ver, isso não é de fato convincente. "Espaço" "é" também um conceito teórico e, logo, temos que buscar um conceito do espaço que seja compatível com a teoria social, ou, mais especificamente nesse caso, com as conceitualizações teóricas da ação ou da agência do mundo social. O "espaço", ou a experiência da realidade como espacial, é construído e constituído pelo sujeito, pelas práticas do sujeito. O que o espaço "é" para o sujeito ativo depende do que o sujeito está fazendo: é dependente da ação e não é pré-existente, é socialmente construído de maneira intersubjetiva e não uma contenção ou um quadro de mensuração do social. De acordo com a Geografia centrada na ação, precisamos entender o "espaço" como conceito, e temos diferentes conceitos do espaço, a depender do que estamos fazendo.



Em Cambridge, comecei a desenvolver uma teoria do espaço compatível com

a teoria social, reconstruindo as suposições básicas de vários conceitos de espaço usados no contexto das teorias e metodologias geográficas (espaço recipiente absoluto, espaço relacional, espaço *a priori* etc.) e avaliando-as segundo visões de mundo centradas na prática. Essa é a base para a elaboração, pela Geografia Social, da "regionalização cotidiana", na qual continuei meu trabalho após retornar a Zurique, e na qual prossigo, em minha posição atual como professor de Geografia Social no Departamento de Geografia da Friedrich Schiller University of Jena, na Alemanha. O último passo nesse trabalho teórico é a elaboração de um modelo de pesquisa para o que chamo de análise do papel das relações espaciais na constituição de realidades sociais, especialmente face à imposição da globalização em todos os domínios das geografias cotidianas.

BCG: O geógrafo Milton Santos, em seu livro "A Natureza do Espaço", discute os avanços e contribuições do seu trabalho. Todavia, o autor afirma que haveria alguns limites, alegando que seu trabalho teria, talvez, um foco muito grande na ação, desconsiderando a importância dos *objetos*, que armazenam e condicionam as possibilidades de ação. Milton Santos os considera indissociáveis — os sistemas de objetos e os sistemas de ações. O que pensa sobre isso?

Benno Werlen: Uma crítica desse tipo precisa ser contextualizada e diferenciada, para evitar complicações desnecessárias. Em primeiro lugar, "Sociedade, Ação e Espaço" deve ser lido tendo em mente o contexto histórico em que foi escrito, no início dos anos 1980. Após breves observações sobre isso, retornarei à questão da interconexão dos sistemas de ações e sistemas de objetos.

No final dos anos 1970 e 1980, o debate geográfico era dominado por duas abordagens. De um lado, havia a ainda poderosa abordagem espacial objetivista, articulada, por exemplo, no extremamente bem-sucedido livro-texto de análise espacial de Abler, Adams e Gould[4]. Por outro lado, havia a abordagem subjetivista humanista, alinhada com as questões que Anne Buttimer e Torsten Hägerstrand estavam trazendo. Buttimer (1976)[5] levantou a questão do "dinamismo do mundo da vida"; Hägerstrand (1970)[6] perguntou "e as pessoas na ciência regional?". Meu ponto de partida foi questionar como as fraquezas da abordagem espacial poderiam ser substituídas por uma abordagem mais abrangente, levando seriamente em

4 ABLER, Ronald; ADAMS, John S.; GOULD, Peter. *Spatial organization*: The Geographer's View of the World. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.

5 BUTTIMER, Anne. Grasping the dynamism of lifeworld. *Annals of the Association of American Geographers*, 66: 277-92, 1976.

6 HÄGERSTRAND, Torsten. What about people in regional science? *Papers of the Regional Science Association*, 24, 1-12, 1970.

consideração a miríade de problemas cotidianos de pessoas do mundo todo, indo além de julgamentos evolucionários ou funcionalistas; e como as pessoas têm que fazer as coisas sem levar seus problemas e suas visões em consideração. Ou, para ser breve: substituir a perspectiva objetivista por uma perspectiva subjetivista que tivesse como centro a agência subjetiva, e não o espaço.

Para desenvolver minha crítica, comecei lendo sobre as bases epistemológicas de Anne Buttimer e as abordagens fenomenológicas usadas na Geografia humanística. Para compreender a lógica por trás da abordagem espacial, li os textos-chave do racionalismo crítico de Karl Popper, porque Dietrich Bartels afirmava que Popper forneceu a base para um conceito teórico sólido da Geografia como ciência rigorosa e séria — como ciência espacial. Ao fazer isso, descobri uma fenomenologia bem diferente daquela debatida na Geografia humanística, e descobri também um Popper totalmente diferente daquele ao qual Bartels se referia. Não encontrei fundamentos para uma ciência espacial como forma de generalização da metodologia das ciências naturais para todas as disciplinas (seja das ciências naturais ou sociais), o que seguiria a linha da sempre referida hipótese da unidade do método para todos os tipos de pesquisa científica. Ao invés disso, descobri uma teoria do social centrada na ação, com uma metodologia específica que diferia da metodologia aplicada nas ciências naturais. Popper nunca alegou que as ciências sociais deveriam usar a mesma metodologia que as ciências naturais. Da mesma forma, também interpretei a fenomenologia bem diferentemente do que o debate geográfico da época sugeria. A fenomenologia e seus pensadores-chave são tão diversos que é virtualmente impossível usá-la como base teórica coerente para a pesquisa geográfica. Pense nas diferenças entre Alfred Schütz e Martin Heidegger, por exemplo. Engajar-me com os textos originais de Karl Popper, Edmund Husserl e Alfred Schütz e ler os clássicos da teoria da ação social fizeram a orientação inicial de meu projeto mudar. Desenvolvi uma grade para comparar essas diferentes abordagens e identificar seus campos específicos de competência, para além de qualquer forma de imperialismo científico. Concluí que eram diferentes, até mesmo incompatíveis na época; no entanto, eram congruentes em alguns aspectos. Isso nos mostra que precisamos fazer distinções ontológicas claras entre o mundo dos objetos e o

(…) se considerarmos objetos ou "sistemas de objetos" como tendo poder explanatório (em oposição a considerar ações como tal), então temos que aceitar que os objetos são constitutivos do social em si e por si mesmos. E não concordaria nesse ponto

mundo dos significados. Ações produzem domínios significativos, mas é difícil falar sobre "sistemas de objetos" e "sistemas de ações" como sendo "indissociáveis" ou mesmo como sendo integrados. A questão a se perguntar é: qual poderia ser a ligação ou o momento de integração entre os dois?

Em "Sociedade, Ação e Espaço", discuto objetos e corpos — corpos humanos — como parte do mundo biofísico, e significados e significações como parte do domínio sociocultural e subjetivo. Esse é, claro, um modo muito geral de falar sobre objetos e significados. Filosoficamente falando, no entanto, há muitas razões para fazer tais distinções, especialmente com respeito à história do pensamento geográfico. Não quero entrar em muitos detalhes, mas meu ponto é: se considerarmos objetos ou "sistemas de objetos" como tendo poder explanatório (em oposição a considerar ações como tal), então temos que aceitar que os objetos são constitutivos do social em si e por si mesmos. E não concordaria nesse ponto, porque para mim é óbvio que todos os objetos possuem significados atribuídos pelo sujeito atuante através de atribuições impregnadas social e culturalmente. Objetos não possuem um significado em si e por si mesmos. Se aceitarmos isso, então chegamos à conclusão de que um objeto particular pode ter múltiplos significados, ou pode mudar seu significado dependendo de para que o usamos. E a qualidade dos objetos de restringirem certos tipos de ação é baseada em muitos tipos de ação sendo limitadas pelo corpo. Assim como os objetos, nossos corpos são, em primeira instância, material estendido em uma posição espacial definida. Logo, quando realizamos ações corpóreas, precisamos lidar com esses objetos e suas qualidades; precisamos levá-los em consideração. Dependendo do modo como agimos, esse "levar em consideração" resultará diferente.

O ponto que quero levantar aqui é que devemos considerar os aspectos materiais de nossos campos de ação muito seriamente, incluindo a corporeidade do sujeito ativo. Isso é o que está faltando em quase todas as teorias da ação e na maioria das teorias sociais. Porém, não aceito que objetos possuam um sentido em si mesmos, ou que objetos constituam o significado do mundo social. A constituição e a atribuição de significados são atos de sujeitos. Esses sujeitos são incorporados em mundos sociais, culturais e econômicos e em todos eles são confrontados com restrições (*constraints*). Não somos livres, mas temos um potencial para decidir. Estamos sujeitos a uma variedade de restrições, mas podemos refletir sobre como lidar com elas ou superá-las. É por isso que coloco tanta ênfase no poder constitutivo do sujeito e na constituição do significado pelo sujeito. Podemos sempre *considerar* atuar diferentemente. Se somos realmente *capazes* de agir diferentemente, depende do poder que temos em cada um dos mundos supracitados

(social, cultural e econômico). Isso deveria deixar óbvio por que, de um ponto de vista centrado na ação, o "papel" dos objetos em relação às ações só pode ser identificado na perspectiva da ação a ser realizada e não o contrário, do objeto à ação.

Outro aspecto vem a tona se diferenciamos os objetos com uma perspectiva centrada na ação. Os questionamentos se tornam bem diferentes quando falamos sobre a inter-relação entre ação social e objetos feitos pelo homem, chamados artefatos materiais ou artefatos técnicos. Isso permite a inter-relação entre os resultados objetificados e materializados de ações significativas e intencionais e as ações sociais que estão sendo realizadas. O ponto interessante e importante disso é que artefatos materiais podem ser entendidos como um tipo de instituição técnica com duplo *status*: material e social; material em sua constituição e social no significado sociopráticó (*socio-practical*) para os usuários em potencial. Alguns exemplos incluem escadas, uma máquina para a produção de bens, entre outros vários tipos de instrumentos técnicos ou, particularmente relevante para a Geografia, toda a infraestrutura (ruas, rodovias, trilhos e redes de comunicação em geral etc.), com seus padrões espaciais específicos e socialmente produzidos e seus arranjos espaciais que possuem, abrigam ou preservam, em um sentido hegeliano, relações sociais ou, mais precisamente, relações sociais de poder. Em certa medida, o mundo dos artefatos é uma interface do social. Aqui, podemos fazer referência às implicações espaciais das disparidades de poder e, para o fazer geográfico cotidiano, às implicações da constituição e da reprodução de realidades geográficas.

Espero (...) que a elaboração posterior da Geografia centrada na ação e na prática ofereça um maior terreno em comum com o trabalho de Milton Santos

Mas Milton Santos certamente está correto em dizer que a integração dos objetos na teoria da ação poderia ser mais proeminente em "Sociedade, Ação e Espaço". Isso foi corrigido na elaboração da teoria da Geografia Social da regionalização cotidiana, fazendo-se referência aos "recursos alocativos" como uma das dimensões do poder no sentido da teoria da estruturação de Giddens. Recursos alocativos remetem à capacidade de controle sobre o mundo dos objetos, dos meios de produção, da natureza e dos objetos naturais. Isso permite uma integração mais estrita do mundo dos objetos na teoria da prática do que em relação àquela que seria possível em um quadro teórico mais ligado à teoria da ação clássica. Espero, portanto, que a elaboração posterior da Geografia centrada na ação e na prática ofereça um maior terreno em comum com o trabalho de

Milton Santos, o qual sempre respeitei muito.

BCG: Em seu único artigo traduzido para o português, "Regionalismo e sociedade política"[7], você nos diz que as descrições espaciais, além de perderem seu poder empiricamente, se tornam cada vez mais politicamente problemáticas. De quais recursos uma Geografia coerente com a modernidade tardia poderia se valer para ser propositiva para as políticas públicas e o planejamento urbano?

Benno Werlen: Essa é uma questão muito complicada e com muitas implicações. Em primeiro lugar, temos que considerar o contexto desse artigo. Trata-se do primeiro capítulo de um livro intitulado "Schützian Social Science"[8], publicado na celebração do centésimo aniversário de Alfred Schütz, e foi apresentado primeiramente em uma conferência sobre Alfred Schütz como teórico social. Nesse artigo, tento usar a perspectiva fenomenológica para combinar micro e macroteorias; a vida cotidiana e o global; a vida cotidiana e a política. De acordo com os participantes da conferência, essa era a primeira tentativa já feita de ligar a filosofia e a teoria social de Schütz com tópicos da globalização e outras questões mais amplas.

Em minha apresentação, falei sobre as descrições espaciais tradicionais das realidades socioculturais estarem perdendo seu poder explicativo na modernidade tardia. Minha tese principal é a de que precisamos focar mais no sujeito ativo. Em outras palavras, visões de mundo geográficas deveriam aceitar os princípios básicos das maneiras da modernidade e da modernidade tardia de construir realidades sociais. Nesse contexto, acho e observo que a Geografia tradicional está cada vez mais perdendo contato com as realidades socioculturais e se tornando um empreendimento antimoderno. Isso é particularmente verdade para a Geografia tradicional conforme estabelecida por Alfred Hettner e Vidal de la Blache. De maneira geral, essa crítica se aplica a todas as abordagens geográficas centradas no espaço, que ainda estão em prática por muitos geógrafos e ainda prevalecem nos livros escolares. O artigo supracitado pode ser visto como uma alternativa a abordagens centradas no espaço e, certamente, como um uso alternativo da fenomenologia para a pesquisa geográfica, quando comparada às propostas de geógrafos humanistas e suas ambições de reabilitar a Geografia vidaliana. A questão é se o enquadramento da pesquisa geográfica do século XIX é uma ferramenta adequada para lidar com condições geográficas totalmente novas que se

7 WERLEN, Benno. Regionalismo e sociedade política. *GEOgraphia*, v. 2, n. 4, 2000, p. 7-25. Tradução: Rogério Haesbaert. Revisão: Wolf-Dietrich Sahr.

8 EMBREE, L. (ed.). *Schützian Social Science*. Kluwer Academic Publishers, 1999.

cristalizaram no fenômeno da "globalização", mudando as condições geográficas de ação muito radicalmente.

A meu ver, a maioria das análises e representações geográficas de mundo utiliza categorias espaciais como categorias primárias para a "classificação" — a descrição tipificante do mundo sociocultural. O primeiro passo delas é desenvolver categorias *espaciais* e, subsequentemente, classificar fenômenos *sociais* empiricamente observáveis de acordo com essas categorias. Em outras palavras, as categorias são frequentemente espaciais ou "naturais" — no sentido de se referirem a características ou critérios biogeofísicos — e são então usadas para fazer afirmações sobre os fenômenos socioculturais da área sob investigação. Essa área é então construída como uma "região", com características e fenômenos "típicos". Tal abordagem centrada no espaço implica investigar uma área como se fosse um contêiner (*container*) para objetos, artefatos, pessoas, fenômenos sociais e assim por diante. Isto é, iríamos, por exemplo, olhar para o Brasil, a Europa, a França, ou qualquer país ou região que quiséssemos definir como "unidade espacial" e perguntar o que está "dentro dela". Esse é um exemplo da aplicação do espaço contêiner newtoniano para realidades socioculturais. Isso sempre foi problemático, mas o é especialmente sob as condições globalizadas da modernidade tardia.

Meu primeiro ponto é que, epistemologicamente, tais fundamentos de pesquisa geográfica sempre foram altamente discutíveis. Empiricamente, não são tão problemáticos, na medida em que são aplicados a culturas ou organizações tradicionais ou, até certo ponto, também a Estados-nação. Estes são constituídos com base em categorias espaciais normativamente apropriadas. Se o social é organizado em categorias espaciais (como na organização territorial do Estado-nação), ou se as tradições fixaram o significado atribuído para certos lugares, locais e espaços (como nas sociedades e culturas tradicionais), então as descrições espaciais não são realmente um grande problema. Porém, se tornam problemáticas em todos os demais contextos socioculturais, especialmente com uma crescente variedade de decisões subjetivas. Na medida em que as pessoas são misturadas culturalmente e possuem



diferentes bases culturais, a atribuição de significados ao lugar e ao espaço é baseada em formas de vida constituídas subjetivamente, e não tradicionalmente. Resumindo, sob as condições de vida da modernidade tardia, o uso de categorias espaciais como categorias primárias de descrição torna-se altamente problemático. A estrutura básica desse tipo de problema é expressada em afirmações nacionalistas ou regionalistas como "um brasileiro tem que ser X", "todos os franceses são Y", "você verá que pessoas da Alemanha compartilham a característica Z" e assim por diante. As duas principais implicações disso são, em primeiro lugar, uma homogeneização arbitrária do sociocultural, excluindo ou enfraquecendo o subjetivo e, em segundo, a marginalização de pessoas que parecem não se encaixar nas categorias dessa homogeneização.

Quando estava escrevendo esse artigo, a Guerra dos Bálcãs ainda estava acontecendo. Nessa guerra, na minha opinião, todos os discursos sobre limpeza étnica tinham exatamente a mesma lógica da Geografia tradicional, ou melhor, tradicionalista. Por exemplo, "esse é um território sérvio — todos os croatas e outras pessoas têm que sair, e se não saírem voluntariamente, vamos deportá-los ou matá-los". Achei nisso uma implicação antimoderna da Geografia tradicionalista: uma visão pré-moderna do mundo a respeito de realidades modernas e da modernidade tardia, com um forte ímpeto normativo, muito próximo das ideologias de "sangue e solo" ("*blood and soil*").

Ao ler a letra dos hinos nacionais, podemos ver que a maioria deles menciona características da geografia física, glorifica rochas, rios ou montanhas como se tivessem significado nacional. Eles trazem uma nacionalização da natureza, da expressão de uma apropriação cultural fixa da natureza

Poderia ser dito que, historicamente, a Geografia ganhou sua importância ou, mais precisamente, seu *status* como uma disciplina científica no contexto da construção das nações. Isso teve múltiplas dimensões. Por um lado, era muito importante — e produtivo — as pessoas conhecerem sobre outros lugares no Estado-nação. Por outro, mobilizava também sentimentos nacionalistas. Ao ler a letra dos hinos nacionais, podemos ver que a maioria deles menciona características da geografia física, glorifica rochas, rios ou montanhas como se tivessem significado nacional. Eles trazem uma nacionalização da natureza, da expressão de uma apropriação cultural fixa da natureza — que vai muito no sentido das sociedades tradicionais e é uma pré-condição para as

representações geográficas centradas no espaço.

Se tratarmos a atribuição de significados subjetivos como um elemento importante da liberdade ou mesmo da integridade humana, o potencial reacionário da Geografia tradicional torna-se óbvio. As implicações normativas da caracterização nacional ou regional de atores sociais são até mesmo fundamentalistas. Discursos fundamentalistas não aceitam interpretações subjetivas. Tratam interpretações tradicionalmente fixadas como as únicas aceitáveis. Tudo o que não está em conformidade com essas interpretações tem que ser excluído, ou mesmo denegrido em algumas circunstâncias. Essa é uma das razões pelas quais penso que precisamos de novas perspectivas geográficas para novas condições de vida. Precisamos de novas descrições geográficas e de um novo entendimento geográfico do mundo.

A reificação da cultura por meio das representações da realidade centradas no espaço, no estilo dos discursos nacionalistas, será provavelmente um dos problemas centrais do futuro, porque sua base no mundo da vida cotidiana está sendo progressivamente erodida. Uma comparação entre a pesquisa geográfica tradicional sobre domínios culturais e os padrões de argumentação regionalistas, nacionalistas ou com outros fundamentalismos relacionados nos permite reconhecer uma semelhança assustadora. As repercussões para realidades cotidianas sociopolíticas são, por vezes, de relevância literalmente explosiva. Considero a superação disso como o desafio central para a Geografia Humana atual.

A questão das implicações disso para o planejamento urbano e as políticas públicas é muito ambiciosa. Não sei exatamente ao que vocês se referem quando mencionam “políticas públicas”. É claro que imigração, empréstimos e coisas assim são provavelmente parte delas. No entanto, com relação ao planejamento urbano, diria que é claro que precisamos de uma vida coordenada e ordenada. Para isso, como categorias secundárias, as categorias espaciais são certamente de importância central. Não obstante, os limites do planejamento urbano são óbvios se considerarmos a circulação global de capital investido em objetos imóveis, como habitações e outros. A questão é: quão poderosos são os instrumentos do planejamento urbano para conter os efeitos locais da circulação global de capital?

Provavelmente não é mais suficiente pensar o planejamento urbano nas categorias local, regional ou nacional. Também é preciso realizar o planejamento urbano no contexto da interconectividade global, especialmente em lugares como São Paulo, mas provavelmente também em lugares menores. O conceito de “cidade criativa” pode ser visto como um indicador de como as realidades urbanas são cada vez mais construídas. Isso se expressa bem no movimento “de la lutte des classes à

la lutte des places"[9], como claramente expressado pelo livro de Michel Lussault[10]. Haverá maior competição entre lugares no futuro, porque as ferramentas da globalização fazem muitas coisas serem as mesmas em diferentes lugares. No entanto, nem todas as diferenças serão obliteradas, é claro, porque uma cidade precisa de uma ou mais características distintivas se quiser atrair determinadas pessoas e negócios.

Consequentemente, o planejamento urbano certamente terá uma ligação muito mais próxima com os estudos culturais, sociais e de imagem, no sentido de construir significados de maneira coerente e histórica. A esse respeito, a questão parece ser que não se pode construir uma imagem deliberadamente. É preciso levar em conta a história do lugar, é preciso ser coerente. Assim, os geógrafos históricos, sociais e culturais são chamados para construir a distintividade do lugar a partir de sua história local e regional. Acredito que a construção de imagens simbólicas significativas do lugar terá um papel muito mais importante do que teve até agora.

BCG: Sobre essa crítica acirrada que você faz ao regionalismo e ao nacionalismo, ao mesmo tempo em que eles podem levar a totalitarismos e a visões deturpadas da realidade, podem também representar uma forma de resistência aos malefícios de uma globalização perversa, justamente ao basearem-se na solidariedade relativa ao lugar. Na sua opinião, essas formas de resistência – regionalismo, nacionalismo – devem ser abandonadas? Qual é a sua posição frente a movimentos que reivindicam a independência de seus territórios?

Benno Werlen: Essa é outra pergunta muito interessante e importante, porém complicada. Em primeiro lugar, se estamos argumentando contra o nacionalismo e o regionalismo, já expliquei parcialmente as bases e o contexto na resposta à questão anterior, especialmente em relação a formas exclusivas e pejorativas de nacionalismo e regionalismo. Se alguém disser "eu sou de São Paulo, me sinto como alguém de São Paulo e gosto desse lugar", isso é simplesmente a expressão (positiva) de um sentimento de pertencimento. Mas se dissermos "todas as pessoas que não nasceram em São Paulo têm que deixar esse lugar", isso se tornaria tão problemático quanto os discursos correntes na extrema direita europeia. Esse é um lado. O outro aspecto da pergunta remete à independência regional. Se isso implica na ideia de que alguém realmente pode mudar o mundo para todos os habitantes de um certo território reivindicando sua independência regional, eu seria bem cauteloso com isso sob as atuais condições geográficas globalizadas de vida.

9 "Da luta de classes à guerra dos lugares" (tradução nossa).

10 LUSSAULT, Michel. *De la lutte des classes à la lutte des places*. Paris: Ed. Grasset, 2009.

É claro que existe o direito à autodeterminação. Mas é importante reconhecer o duplo caráter do nacionalismo e do regionalismo. Por um lado, tais movimentos reivindicam autodeterminação; eles defendem seu direito de escolha. Por outro, o modo como suas reivindicações são construídas, produzidas e implementadas é bastante complicado, algumas vezes altamente contraditório. Em primeiro lugar, em todos os casos analisados, o "nós" na verdade é um "eu". As pessoas falam em nome da população de certa região mas, na verdade, trata-se de um "eu"; é o "nós" da realeza, uma *pluralis majestatis*. O ponto crucial é que quem está alegando representar os interesses de toda uma comunidade (mesmo que ela seja bem definida) frequentemente não foi legitimado por ela. Se ele ou ela tiver legitimação, politicamente falando não há problema algum. Todos podem defender seu próprio interesse por meios legais, sem dúvida. Mas se alguém menciona "nós" e esse "nós" é utilizado meramente em vantagem própria, então penso que é dever dos geógrafos sociais apontar o dedo para isso. No mínimo, é um caso muito complicado de autonomia. Se alguém simplesmente alega que está defendendo os direitos de outros, e está na verdade perseguindo seu próprio interesse, então temos que ser cuidadosos. Nesse caso, o "nós" da realeza não é uma ferramenta adequada nem de libertação, nem de auto-determinação, nem uma base sólida para solidariedade.

Como enfatizei na resposta à primeira questão, a Geografia centrada na ação tem uma sensibilidade explícita à necessidade de solidariedade social, sem enfraquecer o potencial da tomada de decisões subjetiva. E, como já apontei, condições locais e regionais são de grande importância para a implementação de intenções e escolhas. Existe também, é claro, uma necessidade de manter habitáveis as condições locais e regionais. Mas é duvidoso que discursos regionalistas e nacionalistas sejam maneiras adequadas de estabelecer uma solidariedade local sólida. Esses discursos dificilmente irão superar ou evitar os efeitos perversos da globalização mencionados, estando sob condições regionais ou locais globalizadas.

BCG: Em alguns artigos, você afirma que o objetivo da Geografia deve ser analisar a produção cotidiana de geografias produzidas através da ação social. Desse modo, quais implicações para uma teoria geral ou uma teoria maior da Geografia podemos construir a partir da análise dos movimentos sociais que estão emergindo da situação de crise financeira na Europa e das insurreições no mundo árabe?

Benno Werlen: O arcabouço teórico da Geografia centrada na ação pode ajudar a descobrir a racionalidade por trás desses movimentos, bem como fornecer um quadro analítico. Isso é necessário, em minha opinião, para aprender com esses

movimentos sociais e para incluí-los no processo de teorização. Retornarei a isso depois. Para responder à sua questão é, ao meu ver, antes de tudo interessante falar sobre o objeto da Geografia científica. Temos um problema, que é o da Geografia nunca ter desenvolvido uma teoria social que considere seriamente a agência social e as condições espaciais. De um lado, existiam e ainda existem teorias geodeterministas das sociedades e culturas, que enfraquecem todos os aspectos da agência. Tais teorias consideram as atividades humanas como meros efeitos de causas naturais, com pequena ou nenhuma intencionalidade do sujeito atuante. Do outro lado, existem as "espacializações" ou "geografizações" de teorias sociais gerais, que simplesmente colocam as atividades humanas "dentro" do espaço geográfico, com pouca ou nenhuma consideração mais profunda. Muitas das interpretações e aplicações de questões geográficas apresentadas em "*La production de l'espace*", de Henri Lefebvre, caem nesta segunda categoria.

Pelo menos desde o trabalho de Max Weber, as ciências sociais encontram o problema da exclusão do aspecto espacial da prática social ou das teorias da ação. As exceções mais conhecidas são, como já mencionado, Bordieu e Giddens. No entanto, ambos se referem ao espaço como espaço geográfico (terrestre). Meu ponto é que todos os tipos de conceitos espaciais são resultado de reflexão teórica. Mais ainda, todo espaço geográfico (terrestre) é o resultado de um trabalho teórico, mas não tanto de geógrafos, e certamente não de cientistas sociais, mas primeiramente e principalmente dos cientistas da natureza dos séculos XVI e XVII. Penso, em primeiro lugar, na física, especialmente na mecânica e no espaço recipiente de Newton. Em segundo, penso na ecologia biológica — conforme estabelecida por Ernst Haeckel — e sua noção de "espaço de vida" ou "nicho ecológico". Ambos os conceitos, espaço recipiente e espaço de vida, são tipos de espaço teoricamente construídos — não para a ação social ou para propósitos práticos, mas para propósitos da mecânica ou da ecologia das formas de vida. Ambos os tipos caracterizam-se pelo "espaço" sendo visto ou possuindo existência em si e por si mesmo. Newton e também Haeckel fizeram essa afirmação, que geógrafos tradicionais também fazem, com relação ao social e ao cultural.

O primeiro passo no desenvolvimento de uma teoria geográfica das realidades sociais globalizadas é a elaboração de conceitos espaciais que não sejam simplesmente emprestados das ciências naturais, mas conceitos que se relacionem especificamente com a ação ou a prática social. É muito importante deixar isso claro. Caso contrário, teremos de lidar com todo tipo de "biologização" e "naturalização" dos mundos socioculturais racistas, de sangue e solo, imperialistas ou semelhantes. Seria um passo regressivo, pois significaria voltar às teorias

socioculturais geodeterministas tradicionais. Desenvolvi uma ideia tripartite de conceitos do espaço relacionados à ação para tipos específicos de ações sociais, assim como critérios para cada uma dessas aplicações. Esse conceito compreende ações de propósito racional (um conceito métrico do espaço), ações orientadas pelas normas (um conceito territorial de espaço) e o tipo mais abrangente, a ação orientada pelo significado (simbólica).

Desenvolvi uma ideia tripartite de conceitos do espaço relacionados à ação (...). Esse conceito compreende ações de propósito racional (um conceito métrico do espaço), ações orientadas pelas normas (um conceito territorial de espaço) e o tipo mais abrangente, a ação orientada pelo significado (simbólica).

Aqui, "espaço" é entendido como um conceito muito específico, sendo, ao mesmo tempo, formal, relacional e classificatório. Cada uma dessas dimensões — este é um ponto importante — possui uma interpretação específica, dependendo do tipo de ação. Essas dimensões constituem um espaço métrico para cálculos racionais; para a consideração normativa, incluindo a legislação e a vigilância, essas dimensões se combinam, formando a noção espacial de "território". Em contraste aos dois primeiros conceitos de espaço relacionados à ação, a interpretação simbólica do espaço segue uma lógica diferente. O território é associado com a métrica porque precisamos de uma delimitação clara do território. O simbólico, no entanto, não possui nem aspecto métrico, nem uma delimitação clara; não possui nenhum ponto absoluto de origem, como o métrico, e nem fronteiras claramente delimitadas, como o território. O significado das mudanças espaciais depende do que estamos fazendo. Tomando isso como ponto de partida, o projeto pode ser trazido a um nível mais elevado de questionamento geográfico.

A ideia do espaço como força constitutiva para a sociedade é frequentemente postulada. De acordo com a perspectiva centrada na ação, nós, como geógrafos, deveríamos investigar as diferentes sociedades e culturas na história da humanidade e os modos como lidaram com a corporeidade e, por isso, com a espacialidade de agentes sociais e circunstâncias de atuação. Como as sociedades agem sobre a distância e como os sujeitos interagem com outros que não lhes são familiares? E como os objetos físicos — novamente o tópico de Milton Santos — são integrados para utilização nas sequências de ações? As respostas a esses tipos de perguntas devem ajudar a avançar nosso conhecimento de em que medida as diferentes formas de sociedades são expressões de formas socialmente estabelecidas

de dominação da espacialidade e da corporeidade da vida humana. E tais respostas podem ser muito importantes a respeito da seguinte questão: como poderá ser constituída a sociedade na era digital globalizada?

Geograficamente, podemos distinguir entre diferentes formas sociais nesse sentido, ou então podemos dizer que as ideias do social e da sociedade estão totalmente ligadas aos modos particulares através dos quais a espacialidade da vida humana é dominada: só se for possível interagir com atores espacialmente distantes e não-presentes é que um mundo social pode ser estabelecido no sentido da sociedade. Esse é o elemento-chave da distinção entre "comunidade" (Gemeinschaft, em alemão) e "sociedade" (Gesellschaft, em alemão). Analisar a história humana nessa perspectiva nos mostra que as três revoluções frequentemente citadas — neolítica, industrial e digital — também marcam três passos-chave na dominação da espacialidade da vida humana.

Atualmente, estamos no meio da revolução digital, que está mudando totalmente a dominação espacial como condição básica da sociedade e estabelecendo novos meios para ela. Sequer sabemos se daqui a algumas décadas a ideia de sociedade ainda será mantida em sua forma presente. Temos novos meios técnicos de dominação espacial à nossa disposição, mas não temos absolutamente nenhuma ideia de suas implicações para a constituição da sociedade. Podemos também pensar sobre como mudar nossa organização social ou, mais genericamente, como a sociedade poderá parecer após a revolução digital, no fim da presente era, que foi dominada pela lógica territorial.

Sequer sabemos se daqui a algumas décadas a ideia de sociedade ainda será mantida em sua forma presente. Temos novos meios técnicos de dominação espacial à nossa disposição, mas não temos absolutamente nenhuma ideia de suas implicações para a constituição da sociedade.

Penso que os movimentos mencionados na pergunta expressam o reconhecimento de que formas tradicionais de controle estão ligadas a territórios que não mais trabalham corretamente devido ao processo desintegrador de globalização. Os novos movimentos sociais expressam uma busca por outras formas de cooperação e regulação social, ou até mesmo por novas formas de fazer geográfico baseadas na *internet* e na comunicação por celulares; também por novas formas de democratização através da vigilância por vídeo, a exemplo da plataforma *Youtube*, de democratização de conhecimento através da Wikipédia, entre outros. Os movimentos

mencionados estão, pelo menos até certo ponto, chamando atenção para as práticas de construção de realidades geográficas de maneira não centrada no espaço, abrindo caminhos para os modos alternativos de fazer realidades geográficas, baseados em práticas alternativas. Na verdade, os movimentos mencionados estão chamando a atenção para o modo como realidades geográficas, sob as condições da modernidade tardia, são produzidas como realidades geográficas significativas. Esses movimentos são também uma ilustração do que chamei de "empoderamento" dos sujeitos como atores. Quase todas as formas de regulação existentes são ligadas à lógica territorial e à constituição da sociedade, e essa lógica está em crise devido ao aumento do impacto social da globalização e do mecanismo de desencaixe mecânico da revolução digital. Meu livro de 2010, "Gesellschaftliche Räumlichkeit"[11], se dirige a esses tópicos mais sistemática e substancialmente. Espero que este breve resumo tenha dado uma ideia bruta do programa da Geografia centrada na ação em seu desenvolvimento mais recente.

BCG: Em sua "teoria da ação", você menciona o estudo de uma "geografia da informação" e de uma "geografia da significação". Você conhece pesquisas que partam dessa perspectiva? Qual é sua opinião sobre a inclusão da categoria "informação" na Geografia, até então?

A abordagem centrada na ação tem sido aplicada principalmente no contexto alemão. Vários trabalhos estão sendo feitos em nível de mestrado ou doutorado, além de outros projetos de pesquisa na Alemanha baseados no meu trabalho teórico e financiados por fundações de pesquisa. Antes de ilustrar esse tipo de direcionamento na pesquisa geográfica, gostaria de dar uma breve descrição do conceito de "regionalização" por trás disso, e ao qual a "geografia da informação" e a "geografia da significação" estão ligadas.

No contexto da Geografia centrada na ação, a "regionalização" denota uma imaginação geográfica, uma visão de mundo geográfica não baseada na noção de espaço físico ou métrico, mas construída através de processos que chamo de "Welt-Bindung" — "vínculo mundial"[12]. Com isso me refiro aos modos pelos quais nos relacionamos com o mundo e integramos os elementos dos mundos sociocultural e biofísico em nossas ações, na realização de nossas atividades, de nossas práticas diárias. Consequentemente, a questão não é tanto "o que está" na região de um espaço recipiente, mas muito mais como sujeitos estão regionalizando

11 WERLEN, Benno. *Gesellschaftliche Räumlichkeit 1*: Orte der Geographie. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2010.

N.T.: Embora ainda sem tradução, o significado em português seria "Espacialidade social".

12 N.T.: termo alemão traduzido pelo autor como "*world binding*" ou "*world inclusion*".

seus mundos de vida através do modo como se relacionam com o mundo. Isso corresponde a uma visão de mundo geográfica centrada no sujeito e na ação, e não no espaço.

Esse entendimento da "regionalização" leva em consideração o princípio básico da visão de mundo moderna, que atribui papel central aos sujeitos atuantes. O "vínculo mundial" se refere à prática de "re-ancoragem" através da qual os sujeitos, sob condições globalizadas, definem ou redefinem a conexão entre eles mesmos e o mundo. Os conceitos de "espaço" são de importância crucial para essas conexões, são ferramentas centrais para o "vínculo mundial". Esta pode ser caracterizada como "uma forma de controle social das ações próprias ou alheias que variam em expansão espacial e temporal". Isso significa que, quanto mais profunda — espacial e temporalmente — é a influência ou o controle de um indivíduo, maior é a sua habilidade de dominar o espaço (a distância espaço-temporal) e melhor (hipoteticamente) é o seu controle das ações alheias.



Isso aponta para uma nova direção da pesquisa geográfica: tal pesquisa não deve se preocupar com o estudo do espaço, nem ser conceitualizada como análise (socio)espacial, e sim como ciência social e cultural que analisa a construção significativa de realidades geográficas e suas implicações para a constituição de sociedades e culturas. Nesse contexto, três tipos de regionalização cotidiana podem ser distinguidas: a consumptiva-produtiva, a social-política e a informativa-significativa. Cada uma delas envolve uma forma específica de vínculo mundial, uma forma específica de poder, e um conceito específico de espaço.

As geografias da informação e as geografias da significação que vocês levantaram em sua questão devem ser consideradas nesse contexto, e abordarei agora a aplicação desse quadro teórico. Meu grupo de pesquisa no Departamento de Geografia da Universidade de Jena estudou as geografias da informação e da significação analisando uma série de televisão sobre a história da chamada "Alemanha Central" ("Mitteldeutschland"). Examinamos como a série produziu a unidade espacial da "Alemanha Central", uma unidade territorial que tem

continuamente mudado sua extensão espacial ao longo dos séculos. Investigamos como e que tipo de informação — científica e não científica — foi reunida nas fases de elaboração e produção da série, e como significados simbólicos foram atribuídos a elas para criar a unidade de três estados federais politicamente e administrativamente distintos — Turíngia, Saxônia e Alta-Saxônia —, que juntos formam a construção chamada de "Alemanha Central".

Esse processo de "formação de unidade" começou no final dos anos 1990, após a queda do muro de Berlim, na também chamada reunificação alemã, e assistiu a "Alemanha Central" emergir como um poderoso conceito estabelecedor de identidade, que se deveu muito aos repetidos (e, poderia-se dizer, implacáveis) usos por várias mídias. A lógica por trás da construção de uma nova unidade territorial é bastante óbvia. Primeiro, a mídia advogou a mencionada unidade dos três estados e apresentou a história dessa região como uma história da Alemanha Central, mesmo que todos os atores históricos da época não pudessem ter imaginado algo como "Mitteldeutschland". Vários "produtos" culturais foram apresentados como produtos da Alemanha Central: a música clássica de Johann Sebastian Bach, os escritos clássicos de Goethe e Schiller, o movimento romântico alemão, a filosofia de Hegel, o idealismo alemão, o doutorado de Karl Marx, a filosofia de Nietzsche, o trabalho da escola Bauhaus, as unidades de produção da Audi (antigamente conhecida como Horch) e a lista de realizações históricas em lugares como Leipzig, Weimar, Jena etc.

Os eventos nesses lugares foram destacados como eventos históricos, e até a história de tais lugares — da era neolítica até o presente — foi usada para evocar a imagem da aparentemente inevitável formação da Alemanha Central, para gerar uma imagem positiva e algum tipo de identidade regional ou "coletiva". Esse é só um exemplo que ilustra as ligações entre a informação e a atribuição de significados simbólicos como uma forma de regionalização cotidiana informativa-significativa. De maneira geral, esse exemplo ilustra um processo que tem sido muito importante na formação dos Estados-nação e, particularmente, na formação de identidades nacionais. Pode-se reconhecer que uma grande parte do nacionalismo é baseada em uma atribuição de significado semelhante a fatos físicos, como a glorificação de características naturais como símbolos de identidade nacional, com toda uma linguagem simbólica associada.

Em suma, a geografia da informação analisa que tipo de informação a mídia (canais de TV, estações de rádio, jornais, livros etc.) está difundindo e como as pessoas interpretam o mundo com base nisso e em regras semânticas específicas. A ideia básica é que os significados que atribuímos são baseados no que sabemos

sobre algo e nos meios pelos quais obtemos essa informação. A política mais poderosa é a política da informação e da interpretação. Muitas pessoas sabem disso, é claro. Esse é o nível mais alto de controle, porque determina o modo pelo qual as pessoas veem as coisas ou, mais precisamente, como constroem o mundo como um mundo de significações específicas. Se as pessoas não concordam com uma certa interpretação dada, então certas formas e políticas econômicas não podem ser estabelecidas. Esse é, então, o mais alto e mais poderoso nível de interpretação geográfica do mundo, o mais poderoso "vínculo mundial".

Os significados que atribuímos são baseados no que sabemos sobre algo e nos meios pelos quais obtemos essa informação. A política mais poderosa é a política da informação e da interpretação

BCG: Em uma discussão extremamente interessante sobre a esfera do consumismo, o senhor mencionou que os estilos de vida têm fortes implicações para a estrutura econômica global. O que o senhor pensa sobre uma das estratégias utilizadas pela indústria cultural, que se baseia na mercantilização de elementos próprios dos modos de vida, tais como festas regionais, comidas, roupas e música tradicionais etc.?

Benno Werlen: Primeiramente, me concentrarei nos novos aspectos da interconectividade do consumo e da produção, para depois fazer comentários menores sobre a mercantilização dos elementos culturais tradicionais. As decisões de produção e consumo individuais se tornaram crescentemente importantes com as mudanças nas condições geográficas relacionadas à constituição das sociedades e culturas, que se deram sob a forma da globalização, da colonização dos modos de vida tradicionais, da crescente extensão espacial e da complexidade das cadeias de valor globais. Mais do que nunca, a produção parece ser orientada pela demanda, mais do que o inverso. Até recentemente, o consumo dependia do que estava disponível; as escolhas dos consumidores eram fortemente limitadas por decisões no processo de produção. Em contraste, na cultura de consumo atual, parece haver um conjunto quase ilimitado de produtos e serviços que cumprem o mesmo propósito. Tome um supermercado qualquer como exemplo. É possível escolher entre vários tipos de água engarrafada ou entre vários tipos de queijo, e assim por diante. O que estou dizendo é que há uma culturalização da vida e uma subjetivização da cultura. Essa é uma das consequências da modernidade, gostemos ou não. Não estou dizendo que é algo positivo, mas essa pode ser uma maneira pertinente para olhar para a situação, para obter um entendimento geográfico mais apropriado do que

seria possível através de uma perspectiva geográfica centrada no espaço.

Falar da culturalização implica enfatizar a formação e a atribuição de significados de acordo com as formas de vida subjetivamente constituídas. Tais atribuições de significado, por sua vez, influenciam fortemente os padrões de consumo e, consequentemente, também a transformação da natureza. Se a produção depende cada vez mais das decisões subjetivas relacionadas e formadoras dos estilos de vida, o resultado é que estilos de vida são determinantes para o modo como transformamos a natureza. Uma das implicações disso é que certamente precisamos de abordagens da sustentabilidade que sejam culturalmente diferenciadas, ou mesmo de um novo conceito de sustentabilidade. E isso novamente teria implicações significativas para políticas ambientais em todos os níveis de governança — do nível local ao global.

(…) estilos de vida são determinantes para o modo como transformamos a natureza. Uma das implicações disso é que certamente precisamos de abordagens da sustentabilidade que sejam culturalmente diferenciadas, ou mesmo de um novo conceito de sustentabilidade.

Consumidores locais normalmente não veem as implicações (ecológicas) que estão distantes do consumo, não veem os lugares de onde todos os metais e materiais básicos de um aparelho celular, por exemplo, são extraídos, e provavelmente não sabem muito sobre como um celular é produzido. Fazemos nossas chamadas de celular aqui, mas não temos ideia de onde os componentes são e quais as consequências ecológicas da produção e do descarte dos aparelhos. Pelo fato de decisões subjetivas terem agora um forte impacto no mundo da produção, podemos dizer que os consumidores possuem um considerável poder — sempre, é claro, dentro do alcance das possibilidades financeiras de cada um. Assim, notamos que muitas ONGs (Organizações Não-Governamentais) agora evocam políticas de consumo. Essas ONGs estão lutando pelo aumento da transparência, permitindo que consumidores recebam mais informações de maior qualidade sobre as implicações ecológicas e sociais (como trabalho infantil, salários injustos e condições de trabalho) de suas decisões de compra. Esse trabalho informativo se tornou muito importante e, acredito, até mesmo poderoso. Pode ser visto como forma de democratização da economia. De qualquer modo, podemos dizer que decisões diárias de consumo impactam a transformação da natureza — em grande parte das vezes, em lugares distantes — consideravelmente.

Isso mostra novamente o poder do sujeito — o consumidor, nesse caso — e destaca o potencial do indivíduo de fazer a diferença e efetivar mudanças em larga escala. O fato de que esse domínio é muitas vezes chamado de "consumo ético" destaca sua realidade geográfica baseada na ação. "Ética" e "padrões éticos" assumem que há sempre mais que uma opção para escolher; por isso, pressupõem que há sempre a possibilidade de agir diferente. Padrões éticos podem apenas ser aplicados a sujeitos com potencial de agir. Logo, todos os tipos de geografias éticas ou morais pressupõem os fazeres geográficos de agentes subjetivos e, por isso, insinuam a agência subjetiva. Esse tipo de "poder de decisão" não se aplica, é claro, a todos os tópicos e domínios das realidades socioeconômicas e socioculturais. Penso que a crise financeira é um exemplo de questão que é muito difícil de mudar de baixo para cima. Ainda assim, abordagens de baixo para cima podem ser o futuro da política.

A última parte da questão, sobre a mercantilização de tradições locais e regionais, pode ser entendida como resultado do distanciamento, da culturalização e da reificação espaço-temporal. Sem entrar muito em detalhes, diria que esse resultado espelha fortemente a visão de mundo geográfica tradicional. Ambos os casos se baseiam na reificação do cultural, este existindo como algo regional ou localmente fixado com demarcação espacial clara. O "regional" e o "local" tornam-se rapidamente mais autênticos que o distante. Isso parece ser uma estratégia bem específica da indústria cultural para produzir bens "vendáveis" a partir de modos de vida (específicos) e de produtos culturais (específicos). Sendo assim, uma primeira abordagem crítica poderia ser decifrar a comercialização de modos de vida específicos como "autênticos", anulando toda a sua autenticidade na forma de bens de mercado. Se o regional ou o local são *a priori* "mais" autênticos que os modos de vida de outras pessoas é uma questão completamente diferente.

BCG: Para concluir, uma questão dupla: como você ve a situação da Geografia atualmente e, do seu ponto de vista e de uma perspectiva da Geografia Social baseada na ação, quais são os temas centrais para uma agenda de pesquisa na Geografia Humana hoje?

Benno Werlen: Então... Quanto tempo tenho para isso (*risos*)? Vocês estão perguntando bastante, mas tentarei responder. Diria que agora temos muitos tópicos na agenda das políticas globais que são essencialmente geográficos. Todos esses debates sobre aquecimento global e sobre sustentabilidade são, na verdade, relativos às interações com a natureza — eu preferiria dizer formulação, transformação da natureza pela ação humana. Todas essas questões são tópicos

geográficos relacionados à ação, pedindo modos alternativos do fazer-geográfico no nível cotidiano.

O potencial da Geografia de ter algo a dizer sobre as questões-chave da situação global é enorme, especialmente como uma ciência crítica, sugerindo novas soluções para os novos problemas que emergem das tremendas mudanças nas condições geográficas. Porém, ao mesmo tempo, a configuração institucional da Geografia é um tanto fraca. Creio que temos três seções da Geografia que estão divergindo uma da outra em decorrência de uma especialização acelerada. Nessa situação, as forças centrífugas se tornam as dominantes. Departamentos estão cada vez mais se dividindo em unidades com tênue cooperação. Eu diria que tem havido um crescimento na competência nos últimos trinta anos, mas simultaneamente há também um crescimento visível da especialização e da separação. Não tem havido muito crescimento na competência em relação a visões integradas de diferentes realidades de vida e suas investigações científicas.

Se contemplarmos o panorama da Geografia na atual situação política, penso que a cisão em divisões é problemática, ou pelo menos deplorável. A força da Geografia costumava ser o foco nas interconexões entre as partes humana e física e os métodos geográficos. Não estou dizendo que essas interconexões eram baseadas em metodologias cientificamente aceitáveis. Nesse ponto, a especialização em andamento até possui seus méritos. Mas não precisamos jogar fora o bebê com a água do banho! Devemos considerar nossa posição como uma disciplina transversal — simultaneamente membro do International Social Science Council (ISSC) e do International Council for (Natural) Science (ICSU). Isso é uma posição especial, da qual se pode trabalhar em abordagens integradas de novas maneiras. Encontrar *novas formas e novos modos de integração* poderia ser uma grande contribuição à comunidade científica.

Faço referência, assim, à iniciativa da UGI (União Geográfica Internacional) para um "International Year of Global Understanding"[13] (IYGU), como construtor de pontes, também para a Geografia. Trazer as ciências naturais, sociais e as humanidades para trabalharem juntas nisso deve ajudar bastante, porque é um assunto muito importante para aumentar a conscientização ou o entendimento da integração global da vida cotidiana, física, social e culturalmente. É um novo potencial para a Geografia, mas também um novo potencial para a própria ciência, em um campo de ação altamente politizado. Essa visão é confirmada pelo IYGU, um projeto geográfico que engajou as três maiores organizações "guarda-chuva" científicas globais — das ciências naturais (ICSU), das ciências sociais (ISSC), assim

13 Acessível pelo *website* www.global-understanding.info.

como da Filosofia e das humanidades (com o CIPSH - Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines) — pela primeira vez na história.

O potencial da Geografia seria enorme se tivéssemos uma visão geográfica mais adaptada do modo como pessoas vivem no mundo de hoje. Isso inclui, especificamente, a elaboração de imaginações geográficas novas para condições geográficas novas e sem precedentes. A Geografia ganhou enorme potencial, com a Geografia Econômica tendo aprendido com a Economia, a Geografia Social tendo aprendido com a Sociologia e a Geografia Física com as ciências naturais. Não devemos tornar todos esses ganhos na competência científica razões para uma nova divisão da disciplina. Podemos e devemos nos basear nisso para encontrar novos modos de integração sem os velhos problemas de reduzir o significativo ao biológico (racismo) ou ao material (em um geodeterminismo vulgar), ou à reificação e hierarquização de culturas (imperialismo) etc. Devemos usar essa capacidade integradora da Geografia em um nível mais alto de reflexão teórica. Creio que valha a pena trabalhar nisso.

A Geografia ganhou enorme potencial, com a Geografia Econômica tendo aprendido com a Economia, a Geografia Social tendo aprendido com a Sociologia e a Geografia Física com as ciências naturais. Não devemos tornar todos esses ganhos na competência científica razões para uma nova divisão da disciplina.

A Geografia está perdendo cada vez mais sua posição nas escolas, pelo menos em algumas partes do mundo. A União Geográfica Internacional (UGI) regularmente recebe mensagens dizendo que a Geografia está sob pressão para manter sua posição nos ensinos primário e secundário. Diria que isso pode estar ocorrendo devido à Geografia tradicional que ainda é ensinada nas escolas. Crianças e adolescentes não se enxergam mais como parte do mundo apresentado nos livros escolares. Se ensinarmos a eles sobre sustentabilidade não indo a florestas ou parques nacionais, mas ao invés disso levando-os ao supermercado e falando para elas sobre sustentabilidade — dizendo qual é o impacto ecológico de suas escolhas, seja comprando algo ou não —, então os jovens irão provavelmente pensar em si mesmos com uma visão geográfica e se reconhecerem como atores geográficos.

Quanto mais as pessoas estão conectadas umas com as outras globalmente, mais óbvia se torna a necessidade da competência geográfica. Alguns pensam exatamente o oposto: como tudo se tornou crescentemente conectado, menos importante é a geografia; alguns mencionam até mesmo o “fim da geografia” no

nível institucional, bem como no cotidiano. Mas eu diria que, a princípio, a Geografia é, hoje, mais importante do que nunca. Mas a Geografia científica poderia estar melhor preparada para essa realidade.

A respeito da agenda de pesquisa, posso apenas enfatizar o que disse antes: relações espaciais, relações espaciais sociais, relações espaciais socialmente construídas e suas implicações para a construção do mundo social poderiam ser campos centrais da pesquisa geográfica científica em uma perspectiva centrada na ação ou, conforme vocês chamaram, uma perspectiva baseada na ação. Os resultados podem contribuir com uma questão que é provavelmente uma das mais importantes sobre o futuro: como a sociedade irá parecer após o fim — ou ao menos, a diminuição da importância — da territorialidade, na era após a revolução digital? Os resultados podem também transformar visões políticas. A maioria das sociedades ainda é predominantemente organizada em instituições nacionais, exigindo negociações nacionais ou "inter-nacionais". Temos problemas que transcendem as fronteiras do Estado-nação e que estão além do mero interesse nacional. Precisamos de uma discussão transnacional dos problemas com os quais vivemos e precisamos de uma visão transdisciplinar desses problemas. A Geografia pode — não de uma maneira tradicional, mas de novas maneiras — ser uma construtora de pontes sólidas. Espero que isso possa se tornar o verdadeiro e mais forte potencial da Geografia.

Como a sociedade irá parecer após o fim — ou ao menos, a diminuição da importância — da territorialidade, na era após a revolução digital?

* * *

Sobre o entrevistado

Benno Werlen, geógrafo suíço, é um renomado teórico na Geografia de língua alemã, também reconhecido internacionalmente — especialmente devido à sua principal obra, "Sociedade, Espaço e Ação". Tendo estudado nas universidades de Friburgo, Kiel e Zurique, atualmente leciona na Universidade de Jena, na Alemanha, além de ter participação relevante em diversas instituições científicas internacionais, tais como o European Research Council e a União Geográfica Internacional (UGI), por meio da qual vem trabalhando na "Initative for Global Understanding", da qual é diretor.

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg

Entrevista realizada em novembro de 2012.
Revisão: Prof. Dr. Fabio Betioli Contel (FFLCH/USP)